

DEBORA VASTI DA SILVA DO BOMFIM DENYS

Prefácio

Roberto Coutinho

Apresentação

Isabella Maria de Lemos

MANUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Revisado, atualizado e ampliado, de acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18.11.2011 e Decreto nº 7.724, de 16.05.2012, Jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, Novo CPC, Lei Anticorrupção e Instruções Normativas nº 04/2009 (TCA) e 02/2017 (TAC), Enunciados e Portarias do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2ª edição revista, atualizada e modificada

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

© 2007 Editora Fórum Ltda.
2019 2ª edição revista, atualizada e modificada

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º andar - Savassi - CEP 30130-012
Belo Horizonte - Minas Gerais - Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br - editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar pelo e-mail <editorial@editoraforum.com.br> para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D417m	Denys, Debora Vasti da Silva do Bomfim
	Manual de processo administrativo disciplinar/ Debora Vasti da Silva do Bomfim Denys. 2. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2019.
	670p.; 17cm x 24cm ISBN: 978-85-450-0588-9
	1. Direito Administrativo. 2. Processo Administrativo. 3. Direito Penal. I. Título.
	CDD 341.3 CDU 342

1146983

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
DENYS, Debora Vasti da Silva do Bomfim. <i>Manual de processo administrativo disciplinar</i> . 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 670 p. ISBN 978-85-450-0588-9.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
ROBERTO COUTINHO	23
APRESENTAÇÃO	
ISABELLA MARIA DE LEMOS	25
NOTA DA 2ª EDIÇÃO	
DEBORA VASTI DA SILVA DO BOMFIM DENYS	27
INTRODUÇÃO.....	29

PARTE TEÓRICA

CAPÍTULO 1	
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: CONCEITOS E ELEMENTOS PRÓPRIOS	35
1.1 Processo administrativo disciplinar na Lei nº 8.112/90.....	35
1.2 Autoridade instauradora	38
1.3 Prazos.....	39
1.4 Comissões que dão continuidade a trabalhos iniciados.....	41
1.5 Servidor e ex-servidor público.....	45
1.5.1 Ocupante de cargo em comissão puro (não ocupante de cargo efetivo).....	46
1.5.2 Aposentado	47
1.5.3 Servidor demitido	47
1.6 Exoneração (de cargo em comissão), remoção e afastamento.....	49
1.6.1 Exoneração	49
1.6.2 Remoção – Acusado lotado em local diverso da apuração	50
1.6.3 Afastamento.....	51

CAPÍTULO 2	
DENÚNCIA.....	55
2.1 Denúncia	55
2.1.1 Prescrição da pretensão punitiva da Administração e prescrição penal	56
2.1.2 Denúncia anônima.....	61
2.1.3 Denúncia confidencial.....	63
2.2 Mecanismos de proteção ao denunciante	65
2.3 Limites ao interesse do denunciante no processo disciplinar	66
2.4 Responsabilidade administrativa e civil.....	66
2.5 <i>Compliance</i>	68
CAPÍTULO 3	
OUVIDORIA.....	71
3.1 Ouvidoria	71
3.1.1 Ouvidoria e o <i>whistleblower</i>	72
3.1.2 Ouvidoria e <i>Accountability</i>	74
3.2 Corregedoria.....	77
CAPÍTULO 4	
SINDICÂNCIA.....	79
4.1 Sindicância investigatória (ou sindicância inquisitorial)	80
4.1.1 Finalidade, procedimento e resultado dos trabalhos.....	80
4.1.2 Composição das comissões de sindicância investigatória	82
4.1.3 Portaria inaugural e duração dos trabalhos	83
4.1.4 Cabimento.....	83
4.1.5 Vantagens de sua instauração.....	84
4.2 Sindicância punitiva (ou sindicância autônoma ou sindicância acusatória).....	86
4.2.1 Origem, finalidade e procedimento.....	86
4.2.2 Composição das comissões de sindicância punitiva	87
4.2.3 Portaria inaugural.....	87
4.2.4 Cabimento.....	87
4.3 Quadro comparativo/diferenças entre comissões de sindicância investigatória e sindicância punitiva	89
CAPÍTULO 5	
PROCESSO DISCIPLINAR (ESPÉCIE)	91
5.1 Finalidade e procedimento.....	91

5.2	Composição das comissões de processo disciplinar	92
5.3	Portaria inaugural.....	93
5.4	Cabimento	93
5.5	Contagem de prazo prescricional.....	94

CAPÍTULO 6

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DE RITO SUMÁRIO	99	
6.1	Finalidade, cabimento e procedimento	99
6.1.1	Fase da instrução sumária.....	100
6.1.1.1	Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas	102
6.1.1.2	Abandono de cargo e inassiduidade habitual.....	103
6.2	Perícia médica oficial e incidente de sanidade mental.....	104
6.3	Composição das comissões de rito sumário.....	105
6.4	Portaria inaugural.....	106

CAPÍTULO 7

TIPIFICAÇÃO LEGAL OU ENQUADRAMENTO LEGAL.....	107	
7.1	Tipificação legal e ilícito administrativo	107
7.2	Tipificação legal “em tese” ou enquadramento legal “em tese”	108
7.3	Irregularidade e transcrição da tipificação legal não se confundem	109
7.4	Tipificação legal e fundamento legal para aplicação da penalidade não se confundem	110
7.5	Quadro comparativo: diferenças entre comissões de sindicância punitiva, processo disciplinar e rito sumário	111

CAPÍTULO 8

JULGAMENTO E PENALIDADES.....	115	
8.1	Julgamento	115
8.2	Competência para julgar.....	116
8.3	Irregularidade praticada por servidor cedido e requisitado	120
8.4	Vínculo entre o julgamento e a conclusão da comissão.....	121
8.5	Nulidade do processo.....	122
8.6	Nulidade <i>ex officio</i> após a aplicação e o cumprimento da penalidade.....	123
8.7	Penalidades	125
8.7.1	Penalidade correspondente e penalidade cabível.....	125
8.7.1.1	Advertência e suspensão	126
8.7.1.2	Demissão	131

8.71.3	Cassação de aposentadoria e destituição de cargo em comissão.....	132
8.71.3.1	Cassação de aposentadoria.....	132
8.71.3.2	Destituição de cargo em comissão (conversão da exoneração em destituição de cargo em comissão).....	133
8.72	Circunstâncias atenuantes	134
8.72.1	Aplicação das circunstâncias atenuantes.....	135
8.72.1.1	Demissão	135
8.72.1.2	Suspensão.....	136
8.72.1.3	Advertência.....	136
8.72.1.4	Destituição de cargo em comissão e cassação de aposentadoria	136
8.72.2	Inocência e isenção de responsabilidade não se confundem.....	137
8.72.3	Aplicação e cumprimento das penalidades.....	137
8.72.3.1	Aplicação das penalidades	137
8.72.3.2	Cumprimento das penalidades	137
8.72.3.2.1	Advertência.....	137
8.72.3.2.2	Suspensão.....	138
8.72.3.2.3	Demissão, destituição de cargo em comissão e cassação de aposentadoria	139
8.73	Conversão da penalidade de suspensão em multa	139
8.74	Falta residual autônoma.....	139
8.75	Pena acessória (perda do cargo público)	140

CAPÍTULO 9

PORTARIAS	143	
9.1	Portaria inaugural.....	143
9.2	Espécies de portarias.....	144
9.2.1	Portaria genérica	144
9.2.2	Portaria específica.....	144
9.3	Sindicância investigatória.....	146
9.4	Processo disciplinar, sindicância punitiva e rito sumário	147
9.5	Portaria de aplicação de penalidade	148

CAPÍTULO 10

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL: INSTRUÇÕES NORMATIVAS, DEVIDO PROCESSO LEGAL E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	151	
10.1	Viatura oficial – Uso correto pelos membros das comissões disciplinares: Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).	151

10.2	Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Instruções Normativas nº 4/2009 e 02/2017, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.....	152
10.3	O devido processo legal: ampla defesa e contraditório	155
10.4	Cerceamento de defesa – O polo oposto da ampla defesa e do contraditório.....	166
10.5	Exemplos práticos	167
10.6	Lei de Acesso à Informação.....	171
10.7	Conclusão.....	172
	Referências.....	173

PARTE PRÁTICA

CAPÍTULO 1.....		177
Introdução à parte prática		177
MODELOS BÁSICOS – PROCESSO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA PUNITIVA		181
Modelo 01	Autorização para deslocamento	181
Modelo 02	Pedido de formalização de processo disciplinar e documentos meios.....	184
Modelo 03	pedido de material de consumo	186
Modelo 04	Ata de instalação dos trabalhos	189
Modelo 05	Ata de instalação simultânea de duas comissões compostas pelos mesmos membros.....	197
Modelo 06	Comunicação ao Recursos Humanos/ Corregedoria.....	199
Modelos 07 e 08	Comunicação de instalação para a autoridade instauradora e ao Recursos Humanos do órgão	201
Modelo 07	Comunicação de instalação para a autoridade instauradora	202
Modelo 08	Comunicação de instalação ao Recursos Humanos.....	203
Modelo 09	Comunicação à chefia imediata do servidor acusado	204
Modelo 10	Comunicação ao presidente de órgãos ou entidades de classe ou categoria	206
Modelo 11	Notificação prévia do acusado.....	208
Modelo 12	Termo de juntada	213
Modelo 13	Portaria de designação de secretário da comissão e secretário <i>ad hoc</i>	214
Modelo 14	Termo de fidelidade ou compromisso	216
Modelo 15	Pedido de confecção de carimbos.....	218
Modelo 16	Pedido de resumo da ficha funcional do servidor acusado.....	220
Modelo 17	Comunicação de dedicação integral e dispensa de ponto	223

Modelo 18	Ata de trabalhos	224
Modelo 19	Mandado de intimação para denunciante e testemunha.....	226
Modelo 20	Comunicação ao chefe imediato da testemunha.....	232
Modelo 21	Mandado de intimação – Comunicação de datas e horários dos depoimentos para o servidor acusado.....	234
Modelo 22	Ofício ao Chefe do Acusado – Flexibilidade de horário e carga horária compatível com sua defesa.....	236
Modelo 23	Termo de inquirição do denunciante/testemunha.....	238
Modelo 24	Solicitação de providências para deslocamento/diligência dos membros da comissão e Modelo 25 para deslocamento de testemunha.....	244
Modelo 24	Solicitação de providências para deslocamento/diligência dos membros da comissão.....	245
Modelo 25	Solicitação de providências para deslocamento de testemunha.....	246
Modelo 26	Solicitação de prorrogação do prazo da portaria instauradora	247
Modelos 27 e 28	Termo de encerramento e termo de abertura de volume.....	249
Modelo 27	Termo de encerramento de volume	250
Modelo 28	Termo de abertura de volume.....	251
Modelo 29	Declaração de vista (do servidor acusado/indiciado ou se representante legal).....	252
Modelo 29	253
Modelo 30	Mandado de intimação – Indicação de testemunhas e apresentação de provas e contraprovas	254
Modelos 31 e 32	Certidão para o verso do mandado e certidão de decurso de prazo	256
Modelo 31	Certidão para o verso do mandado.....	257
Modelo 32	Certidão de decurso de prazo.....	259
Modelo 33	Ata de trabalhos	260
Modelo 34	Mandado de intimação – Vista de documentos	262
Modelo 35	Mandado de intimação – Interrogatório	264
Modelo 36	Comunicação ao chefe imediato do servidor acusado – Interrogatório	266
Modelo 37	Termo de interrogatório.....	268
Modelo 38	Termo de encerramento de instrução e indicição	273
Modelo 39	Mandado de citação.....	277
Modelo 40	Relatório final	282
Modelo 41	Devolução do material utilizado	291
Modelo 42	Comunicação ao setor de Recursos Humanos ou à Corregedoria, onde houver, do encerramento dos trabalhos.....	292

Modelo 43	Termo de encerramento	293
Modelo 44	Termo de entrega	294
CAPÍTULO 2		
MODELOS BÁSICOS – SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		295
Modelo 01	Autorização para deslocamento	295
Modelo 02	Pedido de formalização de processo de sindicância investigatória e processo para arquivar documentos-meio	297
Modelo 03	Pedido de material de consumo	299
Modelo 04	Ata de instalação dos trabalhos	302
Modelo 05	Ata de instalação simultânea de duas comissões	308
Modelo 06	Comunicação ao Recursos Humanos e à Corregedoria do Órgão (onde houver): número do processo e quem foi designado como secretário	311
Modelo 07	Comunicação de instalação para a autoridade instauradora e Recursos Humanos.....	313
Modelo 07	Recursos Humanos (II).....	314
Modelo 08	Termo de juntada	315
Modelo 09	Portaria de designação do secretário da comissão sindicante	316
Modelo 10	Termo de fidelidade ou compromisso	318
Modelo 11	Pedido de confecção de carimbos para a comissão sindicante	320
Modelo 12	Comunicação de dedicação integral e dispensa do ponto do membro	322
Modelo 13	Ata de trabalhos	324
Modelo 14	Mandado de intimação	326
Modelo 15	Comunicação ao chefe imediato do depoente.....	329
Modelo 16	Termo de inquirição do depoente.....	331
Modelo 17	Solicitação de providências para o deslocamento/diligências dos membros.....	335
Modelo 18	Solicitação de providências para deslocamento de depoente	337
Modelo 19	Solicitação de prorrogação de prazo da portaria instauradora.....	338
Modelos 20 e 21	Termo de encerramento de volume e termo de abertura de volume.....	340
Modelo 20	Termo de encerramento de volume	341
Modelo 21	Termo de abertura de volume.....	342
Modelos 22 e 23	Certidões	343
Modelo 22	Certidão (I).....	344
Modelo 23	Certidão (II).....	345
Modelo 24	Ata de trabalhos	346
Modelo 25	Relatório final	348

Modelo 26	Devolução de material	354
Modelo 27	Comunicação ao setor de Recursos Humanos ou à Corregedoria, onde houver, do encerramento dos trabalhos	355
Modelo 28	Termo de encerramento	356
Modelo 29	Termo de entrega	357

CAPÍTULO 3

MODELOS BÁSICOS – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DE RITO SUMÁRIO: ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS; ABANDONO DE CARGO; INASSIDUIDADE HABITUAL.....		359
Modelo 01	Autorização para deslocamento	359
Modelo 02	Pedido de formalização de processo de rito sumário e documentos-meio	364
Modelo 03	Pedido de material de consumo	366
Modelo 04	Ata de instalação dos trabalhos	368
Modelo 05	Ata de instalação simultânea de duas comissões compostas pelos mesmos membros	373
Modelo 06	Comunicação ao Recursos Humanos ou Corregedoria	376
Modelos 07 e 08	Comunicação de instalação para a autoridade instauradora e ao Recursos Humanos do órgão	378
Modelo 07	Comunicação de instalação para a autoridade instauradora	379
Modelo 08	Comunicação de instalação ao Recursos Humanos.....	380
Modelo 09	Comunicação à chefia imediata do servidor indiciado	381
Modelo 10	Termo de indicição.....	383
Modelo 11	Termo de Indicição (Abandono de Cargo).....	385
Modelo 12	Termo de Indicição (Inassiduidade habitual)	386
Modelo 13	Mandado de citação.....	387
Modelo 14	Mandado de citação – Abandono de cargo.....	390
Modelo 15	Mandado de citação – Inassiduidade habitual.....	392
Modelo 16	Termo de juntada	394
Modelo 17	Portaria de designação de secretário da comissão	395
Modelo 18	Termo de fidelidade ou compromisso	397
Modelo 19	Pedido de confecção de carimbos.....	399
Modelo 20	Pedido de resumo da ficha funcional do servidor indiciado	401
Modelo 21	Comunicação de dedicação integral e dispensa de ponto	403
Modelo 22	Ata de trabalhos	405
Modelo 23	Solicitação de prorrogação do prazo da portaria instauradora	407

Modelos 24 e 25	Termo de encerramento e termo de abertura de volume.....	409
Modelo 24	Termo de encerramento de volume	410
Modelo 25	Termo de abertura de volume.....	411
Modelos 26 e 27	Certidão para o verso do mandado e certidão de decurso de prazo	412
Modelo 26	Certidão para o verso do mandado.....	413
Modelo 27	Certidão de decurso de prazo	415
Modelo 28	Mandado de intimação – Vista de documentos	416
Modelo 29	Relatório final	418
Modelo 30	Memorando encaminhando relatório parcial para continuidade dos trabalhos por outra comissão	424
Modelo 31	Devolução do material utilizado	426
Modelo 32	Comunicação ao setor de Recursos Humanos ou à Corregedoria, onde houver, do encerramento dos trabalhos.....	427
Modelo 33	Termo de encerramento	428
Modelo 34	Termo de entrega	429

CAPÍTULO 4

MODELOS INCIDENTES – PROCESSO DISCIPLINAR, RITO SUMÁRIO E SINDICÂNCIA PUNITIVA		431
Modelo 01	Pedido de substituição de membros	431
Modelo 02	Pedido de afastamento de servidor acusado	434
Modelo 03	Notificação da portaria de afastamento ao servidor acusado.....	437
Modelo 04	Memorando para solicitar portaria de continuidade	439
Modelo 05	Ata de reinstalação dos trabalhos.....	441
Modelo 06	Notificação da portaria de continuidade.....	443
Modelo 07	Ação judicial de quebra de sigilo bancário	445
Modelo 08	Ofício à autoridade instauradora para requerer ajuizamento de Ação de Quebra de Sigilo Bancário	454
Modelo 09	Termo de reinquirição de testemunha	457
Modelo 10	Ofício expedido à testemunha (autoridade) da comissão	459
Modelo 11	Ofício expedido à testemunha (autoridade) de defesa	462
Modelo 12	Solicitação de perito.....	463
Modelo 13	Termo de compromisso de perito.....	465
Modelo 14	Intimação do acusado da realização de perícia (apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico)	467
Modelo 15	Intimação do acusado para ciência e manifestação sobre o laudo pericial....	469

Modelo 16	Força policial.....	471
Modelo 17	Pedido de vista em ação judicial/inquérito policial	473
Modelo 18	Despacho de indeferimento de pedido de dilação do prazo de defesa.....	475
Modelo 19	Intimação do despacho de Indeferimento.....	478
Modelo 20	Termo de revelia.....	480
Modelo 21	Comunicado à autoridade instauradora da ocorrência de revelia e solicitação de nomeação de defensor dativo por portaria	482
Modelo 22	Incidente de sanidade mental	483
Modelo 22	Memorando	489
Modelo 22	Quesitos Complementares/exemplos	490
Modelo 23	Citação por edital.....	491
Modelo 24	Citação e notificação por hora certa	493
Modelo 25	Notificação prévia por hora certa	495
Modelo 26	Intimação para o servidor acusado designar representante para acompanhar diligência ou depoimento fora do local de instalação da comissão.....	497
Modelo 27	Despacho de indeferimento de pedido de vista e cópia de processo disciplinar em andamento – requerimento de terceiro - Lei de Acesso à Informação	499
Modelo 27	500
Modelo 28	Despacho de orientação ao requerente: onde a informação disponível ao público pode ser obtida - Lei de Acesso à Informação.....	502
Modelo 28	503
Modelo 29	Ofício de comunicação de indeferimento do pedido de vista e cópia de processo disciplinar em andamento - Lei de Acesso à Informação.....	504
Modelo 30	Termo de Entrega dos autos à autoridade instauradora (ou julgadora) com informação de que deverá ser mantido o sigilo legal dos dados referente à prova emprestada	505

ANEXOS

ANEXO A

LEGISLAÇÃO ESPECIAL - LEIS ORDINÁRIAS E DECRETOS FEDERAIS.....	509
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	509
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	523
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.	523
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012	535

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.	552
LEI Nº 9.704, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998.....	555
LEI Nº 11.314, DE 3 DE JULHO DE 2006.....	556
LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991.	558
DECRETO Nº 7.845, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012	561
ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS	571
DECRETO Nº 4.073, DE 3 DE JANEIRO DE 2002.....	573
DECRETO Nº 3.505, DE 13 DE JUNHO DE 2000.....	579
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998.	582
LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999.....	591
LEI Nº 9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999.....	600
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996.....	601
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995.....	602
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.	603
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	605
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.....	607
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.	613
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....	617
DECRETO Nº 5.483, DE 30 DE JUNHO DE 2005.....	621
DECRETO Nº 3.035, DE 27 DE ABRIL DE 1999.	623
DECRETO Nº 3.781, DE 2 DE ABRIL DE 2001.	624
LEI Nº 9.327, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1996.	625
DECRETO Nº 6.403, DE 17 DE MARÇO DE 2008.....	626
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008.....	629
LEI Nº 12.813, DE 16 DE MAIO DE 2013.....	636
LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012.....	640
DECRETO Nº 99.177, DE 14 DE MARÇO DE 1990.....	641
DECRETO Nº 3.724, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....	642
DECRETO Nº 5.480, DE 30 DE JUNHO DE 2005.....	646
 ANEXO B	
SÚMULAS DO STF – ENUNCIADOS, INSTRUÇÃO NORMATIVA E PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	650
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	650
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – ENUNCIADOS, INSTRUÇÃO NORMATIVA E PORTARIA.....	653

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGU Nº 04, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009.....	656
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 30 DE MAIO DE 2017	659
PORTARIA Nº 513, DE 05 DE MARÇO DE 2009.....	661
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	662
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011	668
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 19 DE JULHO DE 2013.....	670